

Para jurista, nova Carta deve ter um anteprojeto técnico

Da Sucursal do Rio

"A Comissão de Estudos Constitucionais deve fazer um anteprojeto técnico, como sugestão a ser levada aos constituintes, mas sem obrigatoriedade de ser aceito. Não podemos é ficar como meninos, pesquisando legislação. Para isso, podiam chamar qualquer pessoa", disse ontem, no Rio, o jurista Evaristo de Moraes Filho, 68, um dos prováveis membros da Comissão, ao participar do debate promovido pelo Ministério do Trabalho sobre Direitos Sociais na Constituinte.

O jurista afirmou ser favorável a uma Constituição breve, onde apenas os princípios fossem enunciados e garantidos por legislação ordinária, mas lembrou que "no Brasil, o que não estiver escrito na Constituição não vale." Citou como exemplo o Direito do Trabalho "que requer um texto rígido na Constituição, pois do contrário não é cumprido."

Evaristo de Moraes questionou o artigo 162 da atual Constituição, que proíbe a greve nos setores considerados de atividade essencial. "O direito de greve é universal. Ele existe ou não." O jurista afirmou que "muita gente ainda se assusta com greves, mas é próprio da democracia ser conflitual".

Outro participante do debate foi o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, 45, que defendeu a criação de mecanismos jurídicos para o cumprimento do texto constitucional. Ele lembrou que a Constituição em vigor no País garante aos trabalhadores o direito ao salário-desemprego.

31 JUL 1985 Pedessista propõe consulta em 86 sobre mandato de Sarney FOLHA DE SÃO PAULO

Da Sucursal de Brasília

A proposta de consulta popular, no dia das eleições gerais de 1986 — para que o eleitor fixe o prazo de mandato do presidente da República; se o Legislativo deve ser unicameral ou bicameral; e se quer o parlamentarismo ou o presidencialismo — consta de emenda substitutiva do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), à mensagem do governo de convocação da Constituinte.

Linhares propõe, ainda, entre outras mudanças na mensagem original do presidente José Sarney, que a sessão de instalação da Constituinte se dê em 3 de fevereiro de 1987, e não em 31 de janeiro daquele ano; que a presidência dos trabalhos inaugurais seja ocupada, provisoriamente, até eleição do efetivo, pelo congressista de maior número de mandatos federais (e não pelo presidente do STF); que a Assembléia funcione segundo normas regimentais próprias, aprovadas nos quinze primeiros dias de sessões; e que o projeto de Constituição seja aprovado no primeiro ano de sessões da Assembléia.

A emenda do representante pedessista do Ceará permite, durante a Constituinte, que o Executivo, o Judiciário e entidades de classe de nível superior encaminhem à Comissão para Estudos Constitucionais sugestões com vistas à elaboração da nova Carta. Todas as emendas serão votadas em turno único, por maioria absoluta de votos dos membros do futuro Congresso.

Promulgado o projeto da Constituição, as Assembléias Legislativas terão 180 dias para elaborar novas cartas estaduais.

Gov. cria Seac para coordenar toda a sua ação social

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 55, assinou ontem decreto que institui a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac). Ontem mesmo assumiu a chefia do novo organismo o deputado Aníbal Teixeira de Souza (PMDB-MG), 52, que vai atuar no Palácio do Planalto. O principal objetivo da nova Secretaria, segundo explicou Aníbal Teixeira, é o de coordenar toda a ação social do governo, induzindo a comunidade a participar de programas sociais.

Na sua primeira entrevista coletiva como secretário especial de Ação Comunitária, Teixeira anunciou uma série de projetos que serão estimulados pela sua Secretaria, destacando a criação de hortas e pomares, mecanização comunitária (para evitar o subemprego de equipamentos agrícolas), telefonia comunitária, teatro amador, horta e alimentação escolar, cursos pré-profissionalizantes, habitações populares, centros esportivos, saneamento comunitário, creches comunitárias, postos médicos, projeto de roupas e agasalhos, construção de pontes e pequenas estradas e instalação de bibliotecas. Teixeira disse também que sua Secretaria não vai apenas exercer um trabalho de coordenação com todos os ministérios.

O desenvolvimento de cada um desses projetos, segundo o secretário, contará com a participação da comunidade, dos governos federal, estaduais e municipais e o apoio dos empresários que fornecerão material.